

## 1. Documento: 740-2018-80

### 1.1. Dados do Protocolo

**Número:** 740/2018

**Situação:** Ativo

**Tipo Documento:** Pregão Eletrônico

**Assunto:** Licitação

**Unidade Protocoladora:** SELC - Secretaria de Licitac. e Contratos

**Data de Entrada:** 11/01/2018

**Localização Atual:** SLCD - Secao Licit.e Contratacoes Diretas

**Cadastrado pelo usuário:** VICTOREF

**Data de Inclusão:** 31/07/2018 17:09

**Descrição:** Registro de Preços para eventual contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização VMware

### 1.2. Dados do Documento

**Número:** 740-2018-80

**Nome:** e-PAD 740-2018- recurso - Welt Solutions - deferimento - PJ.pdf

**Incluído Por:** Assessoria de Analise Juridica

**Cadastrado pelo Usuário:** CHRISTIN

**Data de Inclusão:** 24/07/2018 19:00

**Descrição:** Manifestação ASAJ

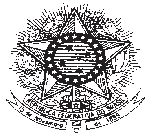
### 1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
Christiane Nogueira de Podesta	Login e Senha	24/07/2018 19:00

---

#### Documento Gerado em 31/07/2018 17:51:49

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Assessoria de Análise Jurídica

**e-PAD:** 740/2018.

**Ref.:** Pregão Eletrônico nº 01/2018: Registro de Preços para eventual contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização *Vmware*, por um período de 12 (doze) meses e renovável por iguais períodos, para utilização por este Regional e pelos Órgãos participantes.

**Assunto:** Recurso interposto pela empresa *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME*, em face da desclassificação de sua proposta no PE nº 01/2018.

**Senhor Diretor-Geral,**

Tendo em vista que a matéria em questão já foi objeto de análise por esta Assessoria (doc. nº 740-2018-46 e 59 e doc. nº 10335-2018-16), sendo, portanto, despicienda nova apreciação (conforme e-PAD nº 18.823/2015), submeto-lhe os autos com o Recurso Administrativo apresentado por *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME* (doc. nº 740-2018-75, p. 1175/1191), em face da decisão que desclassificou sua proposta (doc. nº 740-2018-47, p. 1074).

Belo Horizonte, 24 de julho de 2018.

Christiane Nogueira de Podestá  
Assessora de Análise Jurídica  
Portaria TRT GP nº 21/2018

# 1. Documento: 740-2018-81

## 1.1. Dados do Protocolo

**Número:** 740/2018

**Situação:** Ativo

**Tipo Documento:** Pregão Eletrônico

**Assunto:** Licitação

**Unidade Protocoladora:** SELC - Secretaria de Licitac. e Contratos

**Data de Entrada:** 11/01/2018

**Localização Atual:** SLCD - Secao Licit.e Contratacoes Diretas

**Cadastrado pelo usuário:** VICTOREF

**Data de Inclusão:** 31/07/2018 17:09

**Descrição:** Registro de Preços para eventual contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização VMware

## 1.2. Dados do Documento

**Número:** 740-2018-81

**Nome:** e-PAD 740-2018- recurso - Welt Solutions - deferimento - DG.pdf

**Incluído Por:** Assessoria de Analise Juridica

**Cadastrado pelo Usuário:** ELIELNF

**Data de Inclusão:** 27/07/2018 15:46

**Descrição:** Manifestação DG

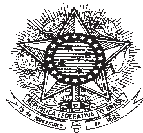
## 1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
Eliel Negromonte Filho	Login e Senha	27/07/2018 15:46

---

### Documento Gerado em 31/07/2018 17:52:14

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Diretoria-Geral

**e-PAD:** 740/2018.

**Ref.:** Pregão Eletrônico nº 01/2018: Registro de Preços para eventual contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização *Vmware*, por um período de 12 (doze) meses e renovável por iguais períodos, para utilização por este Regional e pelos Órgãos participantes.

**Assunto:** Recurso interposto pela empresa *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME*, em face da desclassificação de sua proposta no PE nº 01/2018.

**Visto.**

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME*, em face da desclassificação de sua proposta do Pregão Eletrônico nº 01/2018.

Pois bem.

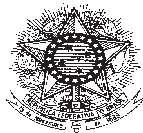
Do cotejo do relatório da disputa de lances, verifica-se que não foi oportunizado à Empresa insurgir-se da decisão que desclassificou sua proposta. E certo é que o princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, da Constituição da República) assegura aos licitantes o direito de se oporem às decisões administrativas adotadas no curso do procedimento licitatório, se valendo, para tanto, do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

Assim leciona Diógenes Gasparini:

Pode-se definir recurso administrativo como todo instrumento legal capaz de promover, a pedido do interessado particular, pessoa física ou jurídica, o reexame de certa decisão administrativa relacionada à licitação, contrato ou cadastramento, dirigido à mesma autoridade responsável por sua emanção ou a outra que lhe seja superior. O reexame pode redundar na revisão, na confirmação, na modificação, na revogação ou na anulação da decisão proferida. (GASPARINI, Diogenes. Recursos na licitação e no pregão. Revista Zenite – Informativo de Licitações e Contratos (ILC), Curitiba, n. 124, p. 501-503, jun. 2004).

Com efeito, em 21/06/2018, a i. Pregoeira noticiou a desclassificação da *Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda*, e, por conseguinte, o fracasso do certame, concedendo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a manifestação de intenção de recorrer (doc. nº 740-2018-68, p. 1153).

E sendo 21/06/2018 (quinta-feira) o *dies a quo*, é ele excluído da contagem do prazo, o qual teve início no dia 22/06/2018 (sexta-feira) (art. 109, I



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Diretoria-Geral

c/c art. 110, Lei nº 8.666/93) e vencimento no dia 28/06/2018 (quinta-feira da semana seguinte).

Em 22/06/2018, a *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME* manifestou a intenção de recorrer (doc. nº 740-2018-68, p. 1153), tendo apresentado suas razões recursais em 27/06/2018 (doc. nº 740-2018-73, p. 1170) e procedido ao reenvio da documentação, a pedido da Pregoeira, em 28/06/2018 - em razão do tamanho dos arquivos anexados (doc. nº 740-2018-70 a 72, p. 1158/1168).

Assim, o recurso apresentado pela Empresa afigura-se **tempestivo** (art. 109, I, da Lei nº 8.666/93), pelo que merece ser conhecido.

Observe-se que a decisão que desclassificou a Empresa adotou integralmente os fundamentos contidos no parecer exarado pela Assessoria de Análise Jurídica desta Diretoria-Geral (doc. nº 740-2018-47, p. 1074). E, pelas mesmas razões e fundamentos adotados anteriormente, MANTENHO integralmente a decisão guerreada e submeto o Recurso apresentado pela *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME* (doc. nº 740-2018-75, p. 1175/1191) à apreciação do Exmo. Desembargador Presidente deste Regional, face ao disposto no art. 109, §4º da Lei nº 8.666/93.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2018.

Eliei Negromonte Filho  
Diretor-Geral, em exercício

# 1. Documento: 740-2018-82

## 1.1. Dados do Protocolo

**Número:** 740/2018

**Situação:** Ativo

**Tipo Documento:** Pregão Eletrônico

**Assunto:** Licitação

**Unidade Protocoladora:** SELC - Secretaria de Licitac. e Contratos

**Data de Entrada:** 11/01/2018

**Localização Atual:** SLCD - Secao Licit.e Contratacoes Diretas

**Cadastrado pelo usuário:** VICTOREF

**Data de Inclusão:** 31/07/2018 17:09

**Descrição:** Registro de Preços para eventual contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização VMware

## 1.2. Dados do Documento

**Número:** 740-2018-82

**Nome:** e-PAD+740-2018-+recurso++Welt+Solutions++deferimento++PRESI (2).pdf

**Incluído Por:** Assessoria de Analise Juridica

**Cadastrado pelo Usuário:** MARCIOSV

**Data de Inclusão:** 30/07/2018 17:58

**Descrição:** Decisão

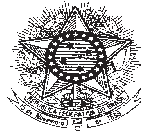
## 1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
Marcio Flavio Salem Vidigal	Login e Senha	30/07/2018 17:58

---

### Documento Gerado em 31/07/2018 17:52:44

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Gabinete da Presidência

**e-PAD:** 740/2018.

**Ref.:** Pregão Eletrônico nº 01/2018: Registro de Preços para eventual contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização *Vmware*, por um período de 12 (doze) meses e renovável por iguais períodos, para utilização por este Regional e pelos Órgãos participantes.

**Assunto:** Recurso interposto pela empresa em face da desclassificação de sua proposta no PE nº 01/2018. **Desprovimento.**

**Visto.**

**1. Relatório.**

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região deflagrou o Pregão Eletrônico nº 01/2018, objetivando o Registro de Preços para eventual contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização *Vmware*, por um período de 12 (doze) meses e renovável por iguais períodos, para utilização por este Regional e pelos Órgãos participantes (Edital – doc. nº 740-2018-4, p. 746/830).

Conforme Atas (provisórias) da Sessão Pública do Pregão, a empresa *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME* foi declarada vencedora do certame, com lance no valor de R\$32.415.719,04 (trinta e dois milhões, quatrocentos e quinze mil, setecentos e dezenove reais e quatro centavos) (doc. nº 740-2018-23 e 77, p. 978 e 1333/1336).

Inconformada com a decisão do Pregoeiro, *Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda.*, única outra participante do certame e segunda colocada na disputa, interpôs Recurso Administrativo requerendo a desclassificação da *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME* “por não atendimento ao item 3.1 do edital” (doc. nº 740-2018-19, p. 941/961).

Na ocasião, o Pregoeiro conheceu do Recurso interposto pela empresa *Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda.*, mas manteve sua decisão. Na sequência, submeteu a questão à apreciação superior em grau de recurso hierárquico (doc. nº 740-2018-19).

Em 06/04/2018, o d. Diretor-Geral, tomando por fundamento o parecer jurídico exarado pela Assessoria de Análise Jurídica (doc. nº 740-2018-46, p. 1054/1072), em sentido contrário à decisão do Pregoeiro, desclassificou a proposta apresentada pela *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME*, nos seguintes termos (doc. nº 740-2018-47, p. 1074):

[...] **conheço** das razões de Recurso apresentadas por *Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda.* e, no mérito, **defiro** o pedido formulado pela



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Empresa, em face da inaceitabilidade da proposta apresentada pela licitante Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação, porquanto não atendeu ao objeto licitado e aos requisitos editalícios (art. 25, § 9º, Decreto nº 5.450/2005 c/c art. 4º, XI, Lei nº 10.520/2002).

À SELC, para: (a) prosseguimento do certame, convocando a segunda colocada para análise da proposta, da documentação e negociação do preço ofertado; e, (b) manifestação acerca de eventual incidência de sanção a ser aplicada à empresa Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação (art. 28, Decreto nº 5.450/2005).  
(destaques originais; grifamos)

Com a desclassificação da *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME*, sobreveio a proposta da licitante *Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda.* no valor total de R\$31.820.435,29 (trinta e um milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos) (doc. nº 740-2018-50, p.1.081/1.085).

Nada obstante, os itens que seriam objeto de aquisição imediata (como previsto em Edital) apresentaram sobrepreço, o que ensejou, também, a desclassificação da *Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda.* e a aplicação do art. 48, § 3º da Lei nº 8.666/93 (fixação de prazo para as licitantes apresentarem novas propostas) (doc. nº 740-2018-60, p. 1127).

Após, em 07/06/2018, o d. Diretor-Geral suspendeu, em parte, a retromencionada decisão (notadamente com relação ao prosseguimento do certame, nos moldes do art. 48, § 3º da Lei nº 8.666/93) e solicitou a realização de audiência pública para esclarecimentos necessários ao caso (doc. nº 740-2018-61, p. 1129).

Realizada a citada audiência, em 11/06/2018, com a presença do representante da *Vmware Software e Serviços no Brasil*, verificou-se a necessidade de elucidações complementares da Fabricante, razão pela qual encaminhou-se o Ofício DG nº 103/2018 à sede dessa Empresa, nos seguintes termos (doc. nº 740-2018-63, p. 1137/1139):

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, este Regional deflagrou o Pregão Eletrônico no 01/2018, visando à contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização Vmware.

Em 07/03/2018 a empresa WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO foi declarada vencedora do certame em testilha. Todavia, a empresa ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA. interpôs recurso administrativo, alegando,





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

em síntese, que a licitante vencedora não comercializava todos os produtos licitados no Pregão Eletrônico no 01/2018, notadamente VMware NSX Enterprise per Processor – Part Number no NX-ENT-C (Item 09 do Lote único) e Production Support/Subscription for VMware NSX Enterprise per Processor for 1 year Part Number no NX-ENT-P- SSSC (Item 21 do Lote único).

Em razão de diligências da área técnica deste Regional para elucidação do apontamento da empresa ARROW, sobreveio manifestação de Vossa Senhoria, em 07/02/2018, nos seguintes termos:

Em resposta ao ofício recebido e citado acima, informamos que, dentre as licenças relacionadas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018 PROCESSO –e-PAD 740/2018 (DTIC), é solicitada licença de uso do software VMware NSX Enterprise versão ou superior para um processador (socket).

Cumpre-nos informar que a revenda WeltSolutions Welt Solutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli-ME Ltda CNPJ 21.550.873/0001-48 não possui a certificação Network Virtualization, necessária para a comercialização do produto acima referenciado.

Para todos os outros itens da marca VMware relacionados no Edital supra-citado, não existe nenhum impedimento para a WeltSolutions para a comercialização dos mesmos.

Ressaltamos que tal informação é relevante pois, possuímos certificações e competências em nosso Programa de Canais que permeiam as soluções, visando garantir conhecimento técnico mínimo e know-how para suportarem nossos clientes em projetos e soluções mais complexas.

[...]

Após, em 28/02/2018, Vossa Senhoria reiterou a informação de que a comercialização das soluções NSX está atrelada à efetiva competência Network Virtualization, conforme segue:

Informamos ainda que no dia 07 de fevereiro, quando endereçamos o e-mail abaixo, tal empresa não tinha tal competência ativa e na ocasião não estava habilitada, porém no dia 11 de fevereiro, a competência requerida foi adquirida o habilitando neste momento. Pedimos desculpas por qualquer inconveniente e nos colocamos à disposição.

[...]

Subsidiado por essas informações, a autoridade administrativa deferiu o pleito recursal, no sentido de recusar a proposta ofertada pela WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, porquanto esta não teria atendido ao objeto licitado e aos requisitos editalícios (art. 25, § 9º, Decreto no 5.450/2005 c/c art. 4º, XI, Lei no 10.520/2002), o que desencadeou a instauração de



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

procedimento administrativo para apuração de eventual incidência de sanção à citada empresa.

Aportado o processo de penalização na Assessoria de Análise Jurídica desta Diretoria-Geral, verificou-se que a WELTSOLUTIONS trouxe no bojo de sua defesa a notícia de que determinado representante da VMWare havia retificado as informações acima transcritas (acerca da competência de comercialização das referidas soluções NSX), fazendo, na oportunidade, referência a uma correspondência eletrônica em idioma inglês, subscrita por Sandra Torres, da VMWare Partner Support Center, ref. \_00D409hQR\_5003411DuYr:ref (anexa), a qual supostamente atesta a desnecessidade da competência Network Virtualization para revenda dos produtos em questão, de modo que a WELTSOLUTIONS estaria apta a contratar o objeto licitado no Pregão Eletrotônico n. 01/2018.

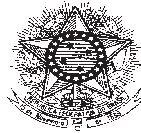
Assim, considerando a necessária observância dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, probidade, eficiência e transparência na relação entre a Administração e as demais licitantes, solicita-se esclarecer a patente divergência de posicionamento sobre a necessidade da certificação Network Virtualization para comercialização das soluções NSX, em especial se, em 07/02/2018, a empresa WELTSOLUTIONS poderia comercializar os produtos, nos termos acima consignados.

Outrossim, roga-se que a resposta seja enviada até as 14:00 horas do dia 15/06/2018, conforme ajustado em reunião ocorrida nesta Diretoria-Geral, com a presença de Vossa Senhoria, em 11/06/2018. (grifamos)

À vista disso, a *Vmware Software e Serviços Brasil Ltda.* assim se manifestou (doc. nº 740-2018-65, p. 1143):

Em resposta ao questionamento enviado por meio do e-mail e Ofício em referência, a VMware Software e Serviços Brasil Ltda ("VMware") confirma a posição de que é necessária certificação específica para comercialização do produto VMware NSX Enterprise per Processor e Production Support / Subscription for NSX. Até a data referida no ofício, 07/02/18, a Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação não possuía tal certificação.

**A razão para a resposta diversa apresentada pela revenda Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação em seu recurso, se deve ao fato de que a área responsável pelas parcerias da VMware, na matriz, se equivocou e enviou a regra aplicável a comercialização do produto na Europa onde tal certificação não é exigida.**



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Gabinete da Presidência

Cumpre-nos, ainda, informar que a VMware notificou a **Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação acerca da rescisão do contrato de parceria com a VMware International em 11/06/2018, estando, portanto, a Weltsolutions impedida de comercializar qualquer produto ou serviço VMware a partir de 11/07/2018.**

(grifos originais; destacamos)

Nesse contexto, observa-se, da instrução processual – notadamente do histórico da lista de mensagens do PE nº 01/2018 (doc. nº 740-2018-68, p. 1153), que, em 21/06/2018, a i. Pregoeira noticiou a desclassificação da *Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda.*, e informou a abertura do prazo de 24 (vinte e quatro) horas para interposição de recurso, tendo a *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME* manifestado, em 22/06/2018, a “[...] intenção de recurso contra nossa desclassificação, os motivos serão apresentados em nossa peça recursal” (grifamos).

Após, em 16/07/2018, a i. Pregoeira certificou nos autos que, “[...] após a desclassificação da empresa Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda., segunda e última classificada do Lote Único do certame, este restou fracassado, ficando trancado o chat de mensagens relativo ao Lote no sistema licitacoes-e [...] Assim, a comunicação com os licitantes acerca do recurso impetrado pela WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação passou a se dar por meio do chat geral da licitação [...]” (grifamos - doc. nº 740-2018-69, p. 1155).

Destarte, a *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME* apresentou Recurso Administrativo (doc. nº 740-2018-75, p. 1175/1191), acompanhado de documentação afeta à peça (doc. nº 740-2018-75, p. 1192/1328) aduzindo, em síntese, que:

Todavia, diferentemente do que alega a RECORRIDA, e do que restou consignado no parecer jurídico que embasou a decisão de inabilitação da RECORRENTE, por parte da autoridade superior, a WELTSOLUTIONS está plenamente habilitada para fornecer todos os produtos contemplados no certame.

Em primeiro lugar, porque **o Edital não traz qualquer exigência quanto à competência Network Virtualization para a comercialização das soluções NSX.**

Isso implica dizer que a Administração Pública, na fase de habilitação, não poderia exigir do licitante que comprovasse requisito não fixado no Edital, sob pena de transgressão ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Repise-se: inexistindo no Edital qualquer menção à competência Network Virtualization, não há como se exigir da licitante que a apresente na fase de habilitação.

Por esse motivo, não há como prosperar a decisão que desclassificou a RECORRENTE do certame, uma vez que a empresa apresentou toda a documentação exigida para a participação no certame.

Ora, este TRT3, ao elaborar o Edital do certame, consignou todas as exigências que entendeu necessárias ao adequado cumprimento do objeto licitado, não podendo depois sustentar a desclassificação de licitante que demonstrou inequivocamente o cumprimento de todos os requisitos do instrumento.

[...]

**II.2 – DA DESNECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DA COMPETÊNCIA NETWORK VIRTUALIZATION.**

Como se viu, não merece prosperar a decisão que inabilitou a RECORRENTE, uma vez que o motivo utilizado para tanto – a ausência da competência Network Virtualization – não estava previsto no Edital de licitação e, portanto, não poderia ser exigida.

Fica mais evidente ainda, o equívoco na decisão que desabilitou a RECORRENTE, quando se percebe que, conforme os documentos anexos (Doc. 01), em editais de outras licitações para fornecer a mesmo serviço em questão, assim como na presente licitação, essa certificação não é exigida.

Pois bem.

A RECORRENTE possui total e plena capacidade de comercializar e fornecer todos os produtos licitados – o que se pode comprovar a partir das mais diversas certificações que a equipe técnica possui junto ao fabricante, quais sejam a VCP, VTSP e VSP de várias competências, inclusive a Network Virtualization, que sequer estava sendo exigida pelo instrumento convocatório, tendo comprovado que atendia aos requisitos constantes do Edital no momento oportuno.

Em 29/01/2018, ao enviar a documentação solicitada para análise, a RECORRENTE enviou todos os documentos pertinentes, de forma a comprovar a sua capacidade para cumprir com todos os itens do objeto licitado, o que foi, inclusive, ratificado pela fabricante.

Por esse motivo, e diferentemente do que sustenta o Parecer Jurídico referido, não há que se falar em proposta que desatende aos critérios fixados no Edital, uma vez que, reforça-se mais uma vez, o instrumento convocatório não trazia a referida exigência, tanto que o



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

d. Pregoeiro, à época, havia declarado a RECORRENTE habilitada para prosseguir no certame.

Demais disso, ainda que fosse exigida a certificação para a compra do software em questão, a RECORRENTE possuía totais condições de obtê-la, tanto que, ainda durante o prazo da diligência realizada por este d. Pregoeiro, à época, a WELTSOLUTIONS obteve a competência junto ao fabricante.

Isso apenas reforça que a RECORRENTE tinha – como, de fato, tem – plenas condições de atender ao objeto licitado, não havendo qualquer risco de que a Administração Pública se visse desatendida, ou não recebesse os produtos contratados.

A ARROW, em recurso administrativo anteriormente apresentado, faz menção às “políticas e programas” do fabricante VMWARE e alega que “os softwares só podem ser comercializados pelas revendas e/ou distribuidores que possuem a competência técnica para comercialização dos mesmos”.

Ora, a RECORRENTE é revendedora autorizada da fabricante e inclusive possui comprovação de parceria deste (Doc. 02), não havendo que se questionar a sua competência técnica para o fornecimento dos produtos.

A inabilitação de licitante, para que se assegure a vantajosidade e a competitividade das licitações públicas, só pode ocorrer quando, de fato, tratar-se de desatendimento ao edital ou erro insanável. Acontece que em nenhuma dessas duas hipóteses enquadra-se a RECORRENTE.

**II.3 – DA IMPOSSIBILIDADE DE SE EXIGIR CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE PARA A VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES. POSICIONAMENTO CONSOLIDADO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.**

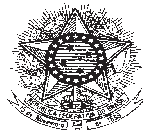
[...]

**A exigência de certificação poderia apenas, em último caso – e desde que fosse necessária para a comercialização do produto no país, do que não se cogita na espécie – ser requisito para a contratação e não habilitação, consoante entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU):**

[...]

**III – DOS REQUERIMENTOS**

Ante o exposto, requer a WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI - ME seja o presente



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

recurso recebido e processado na forma da lei, para os fins de declarar a RECORRENTE habilitada no certame.

(destaques originais)

Adiante, a i. Pregoeira manifestou-se quanto ao Recurso interposto pela *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME*, nos seguintes termos (doc. nº 740-2018-78, p. 1339/1342):

## **2. ADMISSIBILIDADE**

### **2.1. Tempestividade**

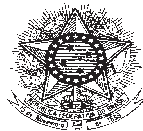
A desclassificação da Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda, segunda e última classificada do lote único, ocorreu às **15:07h** do dia **21/06/2018**, dando causa ao fracasso certame. Após, automaticamente, o sistema licitacoes-e abriu prazo de 24 horas para que os interessados manifestassem intenção de recurso. Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli - ME manifestou-se por meio eletrônico no dia **22/06/2018** às **09:39h**. Assim, conheço da manifestação, por tempestiva, com fulcro no art. 26 do Decreto n. 5.450/05, bem como no item 20.3 do Edital.

Quanto ao recurso, no que se refere à tempestividade, também conheço, eis que as razões recursais foram enviadas por e-mail no prazo legal, em **27/06/2018** (doc. 740-2018-73), em observância ao item 20.3.1 do edital, com supedâneo no art. 26 do Decreto n. 5.450/05.

Consigne-se que o citado e-mail, enviado pela ora Recorrente no dia **27/06/2018** às **13:35h**, não foi entregue em razão do tamanho dos arquivos anexados, tendo sido barrado pelos nossos servidores, motivo pelo qual foi efetuado seu **reenvio** no dia **28/06/2018**, dividido em três partes (docs. 740-2018- 70/71/72).

Portanto, em que pese o fato de que as razões recursais e seus anexos tenham sido efetivamente recebidos somente no dia 28/06, após o final do prazo destinado à sua apresentação, esta pregoeira, levando em conta o princípio da razoabilidade, considerou tempestivo seu envio, uma vez que o não recebimento do e-mail no dia 27/06 se deu por razões alheias à vontade da Recorrente.

Há que se ressaltar, ainda, que, no dia 27/06/2018, último dia do prazo para entrega das razões recursais, este Tribunal teve expediente reduzido, até às 14:00, em razão de jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA, motivo pelo qual somente foi oportunizado novo envio das razões, divididas em 3 partes, no dia seguinte, ou seja, 28/06.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

## **2.2. Legitimidade e Interesse de agir**

Também neste ponto, conheço do recurso, já que recorrente participou da licitação, tendo legitimidade para recorrer e interesse no resultado do recurso.

## **2.3. Motivação**

No que concerne à motivação, a Recorrente limita-se, em sua manifestação de intenção de recurso, a dizer que os motivos seriam apresentados em conjunto com a peça recursal.

Cita acórdãos do TCU (Acórdão TCU 2.564/2009 – Plenário e Acórdão 339/2010), acerca da “não rejeição do recurso”, ainda que não motivado.

Neste aspecto, cumpre ressaltar que os citados acórdãos do TCU orientam que, no juízo de admissibilidade das intenções de recorrer, os pregoeiros se abstenham de analisar, de antemão, o mérito do recurso, verificando tão somente a presença dos pressupostos recursais, quais sejam, sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse **e motivação**.

Desta forma, no juízo de admissibilidade da intenção de recurso, é necessário que se verifique a existência de todos os seus pressupostos, incluindo-se a motivação.

Assim dispõe o art. 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002:

“XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos”; (grifamos)

No presente caso, o Recorrente não motivou sua intenção de recurso, o que seria, por si só, motivo para o seu não conhecimento. Entretanto, em respeito ao inciso XXXIV, letra a, do art. 5º da Constituição da República, que prevê o direito de petição, esta pregoeira entendeu por bem em recebê-lo.

## **3. MÉRITO**

As razões de recurso da licitante WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME versam exclusivamente acerca de sua inabilitação para prosseguir no certame. Suas alegações giram em torno da exigência da Competência Network Virtualization para a comercialização de itens objeto da licitação.





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Verifica-se que a matéria já foi apreciada e decidida pela autoridade competente deste Regional, em sede de julgamento do recurso interposto por Arrow ECS Brasil Distribuidora Ltda. Tanto é assim, que a ora Recorrente ofereceu Recurso Administrativo “em face da decisão do Ilmo. Diretor Geral, que, com fundamento em parecer jurídico, a inabilitou para o certame”.

Desta feita, a Pregoeira entende não ser competente para decidir, motivo pelo qual encaminhará os autos para nova análise da autoridade competente, a fim de que ratifique a decisão tomada anteriormente ou, caso entenda cabível, reconsidere o entendimento já esposado.

#### **4. CONCLUSÃO**

Pelos fundamentos acima expostos, resolve a Pregoeira conhecer do Recurso interposto por WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME e propor, s.m.j., que, no mérito, seja decidido pelo Ilmo. Diretor Geral, autoridade que entende ser competente para tanto.

Ao final, requer sejam devolvidos os autos à SELC, para a prática dos atos que se fizerem necessários.  
(destaques originais; grifamos)

Eis, no essencial, o relatório.

#### **2. Admissibilidade.**

Sobre a tempestividade da peça recursal, adoto os bem lançados fundamentos apresentados pelo d. Diretor-Geral por ocasião do juízo de admissibilidade, motivo pelo qual conheço do recurso administrativo interposto pela Empresa (art. 109, I, da Lei nº 8.666/93).

#### **2. Mérito.**

Alega a Recorrente, em suma, que o Edital do PE nº 01/2018 não exigiu a competência *Network Virtualization* para a comercialização das soluções NSX – exigência que seria, inclusive, vedada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), bem assim que possuiria plenas condições de atender ao objeto licitado. Reivindica, por isso, sua habilitação no certame.

Pois bem. A matéria atinente à decisão recorrida já foi suficientemente examinada nos pareceres exarados pela Assessoria de Análise Jurídica da Diretoria-Geral (doc. nº 740-2018-46 e 59 e doc. nº 10335-2018-16), não trazendo a Empresa, no presente recurso, argumentação nova e capaz de modificar o que já decidido.





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Destarte, as alegações recursais da *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME* restringem-se **a argumentação já externada, analisada e refutada por este Regional.**

Repise-se, uma vez mais, que os órgãos públicos, ao realizarem um procedimento de licitação, o fazem em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, conforme o disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Dessa forma, as condições editalícias devem ser fielmente observadas pelas partes, seja pelo princípio da legalidade, seja pelo da indisponibilidade do interesse público, seja pelo da isonomia entre os licitantes (art. 37, *caput* e inc. XXI, CR/88).

No caso em apreço, o Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2018 traz em seu bojo determinações claras e objetivas acerca das especificações do objeto licitado, conforme transcrito a seguir (doc. nº 740-2018-4, p. 746/830):

**1. OBJETO**

1.1. Registro de Preços para eventual contratação de licenças, créditos PSO e serviços de subscrição e suporte técnico da suíte de virtualização VMware, por um período de 12 (doze) meses e renovável por iguais períodos, para utilização pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e pelos respectivos participantes do sistema de registro de preços, nos termos deste Edital e seus anexos.

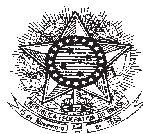
[...]

**3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação de habilitação.

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 28, do Decreto 5.450/05 e na legislação pertinente.

[...]



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

(grifamos)

E, no Anexo II (Termo de Referência) do mesmo instrumento convocatório, constou (doc. nº 740-2018-4, p. 746/830):

**7. DO DETALHAMENTO E DO QUANTITATIVO DO OBJETO (RESOLUÇÃO CNJ/182, art. 18, § 3º, II, f):**

7.1. Todos os produtos elencados são comercializados pela VMware, visando o mercado corporativo.

7.2. Na tabela 1 é apresentado um resumo dos produtos da Suíte de Virtualização VMware, em uso no ambiente de infraestrutura do PJe, e cujo serviço de suporte e subscrição deverão ser continuados:

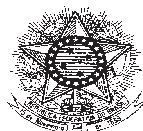
[...]

7.3. Todo o fornecimento do objeto deve ser executado por uma única empresa, uma vez que todos os itens são do mesmo fabricante, não representando qualquer restrição ou prejuízo a ampla concorrência, uma vez que um canal de venda que comercialize produtos VMware poderá fornecer todos os itens do lote único. O agrupamento em lote único também irá favorecer a obtenção de melhores preços em função da potencial economia de escala. E por último, como justificativa para o não fracionamento do objeto, temos que a prestação dos serviços por várias empresas, cada qual atribuindo responsabilidade a um particular distinto, poderá tornar improvável a obtenção de um resultado proveitoso, podendo vir a causar prejuízos incalculáveis à Administração Pública.

7.4. Os créditos PSO poderão ser utilizados para fins de treinamento quanto para a contratação de outros serviços junto a VMware, conforme necessidade dos Tribunais participantes deste registro de preço.

7.5. As quantidades totais a serem registradas por item encontram-se na tabela 2. Os quantitativos por Tribunais encontram-se nos Anexos V e VI.

Item	Part-number	Descrição	Quantidade contratação imediata	Quantidade registrada
1	VS6-EPL-C	Licença de uso do software VMware vSphere Enterprise Plus versão 6 ou superior para um processador (socket)	0	121
2	VCS6-STD-C	Licença de uso do software VMware vCenter Server Standard versão 6 ou superior para um processador (socket)	0	17
3	VC-SRM6-25E-C	Licença de uso do software VMware Site Recovery Manager Enterprise versão 6 ou superior (pacote de 25 máquinas virtuais)	0	46
4	VR6-OADV25-C	Licença de uso do software VMware vRealize Operations Advanced versão 6 ou superior (pacote de 25 máquinas)	0	57

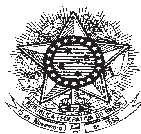


**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

		físicas ou virtuais)		
5	VS6-OEPL-C	Licença de uso do software VMware vSphere with Operations Management Enterprise Plus versão 6 ou superior para um processador (socket)	0	315
6	CL7-STD-C	Licença de uso do software VMware vCloud Suite Standard versão 7 ou superior para um processador (socket)	0	68
7	CL7-ENT-C	Licença de uso do software VMware vCloud Suite Enterprise versão 7 ou superior para um processador (socket)	0	38
8	ST6-EN-C	Licença de uso do software VMware vSAN Enterprise versão 6 ou superior para um processador (socket)	0	38
9	NX-ENT-C	Licença de uso do software VMware NSX Enterprise versão ou superior para um processador (socket)	0	24
10	VS6-EPL-OEPLUG-C	Upgrade: VMware vSphere 6 Enterprise Plus to vSphere 6 with Operations Management Enterprise Plus	0	386
11	CL7-EPL-ADVUG-PRO	Upgrade: VMware vSphere 6 Enterprise Plus to VCloud Suite 6 Advanced	0	22
12	VS6-EPL-P-SSSC	Serviço de subscrição com suporte na modalidade 24x7 para o software VMware vSphere Enterprise Plus versão 6 ou superior direto com o fabricante da solução pelo prazo de 12 meses, para renovação ou novas licenças	246	526
13	VCS6-STD-PSSC-C	Serviço de subscrição com suporte na modalidade 24x7 para o software VMware vCenter Server Standard versão 6 ou superior direto com o fabricante da solução pelo prazo de 12 meses, para renovação ou novas licenças	27	41
14	VC-SRM6-25EP-SSC-C	Serviço de subscrição com suporte na modalidade 24x7 para o software VMware Site Recovery Manager Enterprise versão 6 ou superior direto com o fabricante da solução pelo prazo de 12 meses, para renovação ou novas licenças	12	70
15	VR6-OADV25-PSSC-C	Serviço de subscrição com suporte na modalidade 24x7 para o software VMware vRealize Operations Advanced versão 6 ou superior direto com o fabricante da solução pelo prazo de 12 meses, para renovação ou novas licenças	25	100
16	VS6-OEPL-PSSC-C	Serviço de subscrição com suporte na modalidade 24x7 para o software VMware vSphere with Operations Management Enterprise Plus versão 6 direto com o fabricante da solução pelo prazo de 12 meses, para renovação ou novas licenças	0	650
17	CL7-STD-P-SSSC	Serviço de subscrição com suporte na modalidade 24x7 para o software VMware vCloud Suite Standard versão 7 ou superior direto com o fabricante da solução pelo prazo de 12 meses.	0	84
18	CL7-ENT-P-SSSC	Serviço de subscrição com suporte na modalidade 24x7 para o software VMware vCloud Suite Enterprise versão 7 ou superior direto com o fabricante da solução pelo prazo de 12 meses.	0	38
19	CL7-ADV-P-SSSC	Serviço de subscrição com suporte na modalidade 24x7 para o software VMware vCloud Suite Advanced versão 7 ou superior direto com o fabricante da solução pelo prazo de 12 meses	0	10
20	ST6-EN-P-SSC-C	Serviço de subscrição com suporte na modalidade 24x7 para o software VMware vSAN Enterprise versão 6 ou superior direto com o fabricante da solução pelo prazo de 12 meses.	0	28
21	NX-ENT-P-SSSC	Serviço de subscrição com suporte na modalidade 24x7 para o software VMware NSX Enterprise versão 6 ou superior direto com o fabricante da solução pelo prazo de 12 meses.	0	6
22	SVC-CR-0	Consulting & Training Credits Prepaid Services PSO Credits	0	3.327

7.6. Para os itens de 12 à 21, referentes aos serviços de subscrição e suporte, são passíveis de renovação as licenças vinculadas aos contratos incluídos no ANEXO II.

[...]



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Gabinete da Presidência

**11. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO  
(RESOLUÇÃO CNJ/182, art. 18, § 3º, II, i):**

A adjudicação do objeto será realizada de forma global, ou seja, o objeto de contratação deverá ser adjudicado a um único fornecedor.

[...]

**15. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DAS LICITANTES  
(RESOLUÇÃO CNJ/182, art. 18, § 3º, II, j):**

Será declarado arrematante do procedimento licitatório a licitante que apresentar a proposta de menor valor ou ofertar o menor preço global, desde que o objeto ofertado atenda as especificações exigidas e esteja dentro do limite do valor de referência estimado.

Será assegurada preferência na contratação, às microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11488/2007), aplicam-se as normas da Lei Complementar n. 123/2006, Lei n. 8248/1991, art. 5 do Decreto 8.538/2015.

(destaques originais; grifamos)

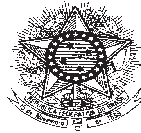
Em face do que preconiza o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tanto a Administração como os proponentes estão inteiramente vinculados às normas do Edital. Isto é o que disciplinam os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993.

Nesse sentido, o julgado do Superior Tribunal de Justiça:

“EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL COMO INSTRUMENTO VINCULATÓRIO DAS PARTES. ALTERAÇÃO COM DESCUMPRIMENTO DA LEI. SEGURANÇA CONCEDIDA.

É entendimento correntio na doutrina, como na jurisprudência, que o Edital, no procedimento licitatório, constitui lei entre as partes e é instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação. Ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia. (STJ, MS nº 5.597/DF, 1ª S., Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU 01.06.1998)

Importante pontuar que, no âmbito dos pregões eletrônicos, a regra determina a comprovação das exigências previstas no edital no momento em que o pregoeiro solicita ao licitante classificado em primeiro lugar o encaminhamento da documentação pertinente. Logo, independentemente da data da abertura da sessão, deve-se considerar a



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Gabinete da Presidência

**condição material** apresentada pelo licitante no momento do envio dos documentos, independente da data de sua análise.

Sob esse viés, conforme *chat* de conversa entre o Pregoeiro e os licitantes (doc. nº 740-2018-23, p. 328/330), no dia **29/01/2018**, precisamente às 9:50h, a disputa de lances foi encerrada, tendo sido solicitado à *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli - ME* o envio de toda a documentação pertinente, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), pelo e-mail [selc@trt3.jus.br](mailto:selc@trt3.jus.br).

Naquela oportunidade, ressalte-se, todos os documentos da Empresa deveriam estar regulares, haja vista a declaração por ela firmada de que detinha o pleno conhecimento das exigências constantes no Edital e, portanto, as atenderia.

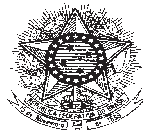
Contudo, o que se constata, *in casu*, é a inaptidão da Licitante, **naquele momento**, para participar da licitação, uma vez que a Empresa não detinha autorização da *VMware Software e Serviços Brasil Ltda.* (Fabricante das licenças licitadas) para comercializar as “soluções NSX” (Itens 9 e 21 do Lote Único), conforme por ela afirmado **em duas ocasiões distintas** (em 07/02/2018 – doc. nº 740-2018-33, p. 354; e em 19/06/2018 – doc. nº 740-2018-65, p. 839).

A *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli - ME* somente poderia oferecer, de fato, 20 (vinte) itens do Lote Único licitado, o que não satisfaria a necessidade administrativa e frustraria o escopo do certame por lote único – mormente em face da intenção de registro de preço dos itens faltantes por demais Órgãos participantes do PE nº 01/2018 (nºs 09 e 21 – doc. nº 740-2018-4, p. 120/122).

Nesses termos, a proposta apresentada pela *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli - ME* não coincidia **materiaismente** com a descrição do objeto definido pela Administração no Edital (Item 1 c/c subitem 7.5 do Anexo II), **ensejando, corretamente, sua desclassificação** (art. 23 do Decreto nº 5.450/2005) (doc. nº 740-2018-47, p. 422).

Nessa sentido é a lição de Joel de Menezes Niebuhr:

[...] antes de proceder ao julgamento das propostas o pregoeiro deve avaliar se elas são aceitáveis, de acordo com os critérios enfeixados no edital. Nesse talante, o pregoeiro deve avaliar três aspectos: (a) se o objeto ofertado é compatível com o objeto descrito no edital e com as formalidades dele; (b) se o preço vai acima do valor de mercado, isto é, se é excessivo; (c) se o preço vai abaixo do valor de mercado, isto é, se é inexecutável. (...) Essa avaliação é, deveras objetiva, porquanto o pregoeiro irá apenas contrastar os objetos



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Gabinete da Presidência

ofertados com o objeto descrito no edital e verificar o atendimento de formalidades. Se o licitante oferece o objeto de acordo com todas as formalidades nele requeridas, está classificado. Ao contrário, se desatende a alguma das especificações ou formalidades, está desclassificado. (NIEBUHR, Joel de Menezes. Pregão presencial e eletrônico. 5. ed. Curitiba: Zênite, 2008. p. 211.)  
(grifamos)

A propósito, esclareça-se, uma vez mais, que a proposta não foi desclassificada por inabilitação da Empresa, mas sim porque a *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME* não possuía as certificações necessárias para a comercialização dos *softwares* licitados.

O fato de a licitante ter comprovado mais tarde que adquiriu a competência *Network Virtualization*, necessária para comercializar as *soluções NSX*, não afasta a constatação de que deixou de atender, **no momento oportuno**, às condições de participação necessárias para a sua classificação e validade da etapa de lances.

Noutro giro, cumpre aqui ressaltar a manifestação da Fabricante no sentido de que “[...] notificou a *Weltsolutions Suporte em Tecnologia da Informação acerca da rescisão do contrato de parceria com a VMware International em 11/06/2018, estando, portanto, a Weltsolutions impedida de comercializar qualquer produto ou serviço VMware a partir de 11/07/2018*” (grifamos - doc. nº 740-2018-65, p. 1143).

Destarte, considerando que a fundamentação ora exposta, bem aquela externada pela Assessoria de Análise Jurídica da Diretoria-Geral, é suficiente para compreensão das razões de decidir, conclui-se que a insurgência da Empresa não merece amparo.

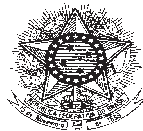
### 3. Conclusão.

Diante do exposto, **conheço** do Recurso Administrativo interposto pela *WeltSolutions Suporte em Tecnologia da Informação Eireli – ME* e, no mérito, **nego-lhe provimento**, ficando mantida a decisão que desclassificou sua proposta (doc. nº 740-2018-47, p. 1074).

À Secretaria de Licitações e Contratos para cientificar a Recorrente acerca da presente decisão, bem assim para adoção das demais medidas pertinentes.

Belo Horizonte, 30 de julho de 2018.

Márcio Flávio Salem Vidigal



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

Desembargador Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do  
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região